

O asilo e a cidade



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (in memoriam)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

O asilo e a cidade

Histórias da
Colônia Juliano Moreira

Ana Teresa A. Venancio e
Gisélia Franco Potengy
(organizadoras)

G a r a m o n d

Copyright © dos autores
Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido
Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115
Tel: (21) 2504-9211
editora@garamond.com.br

Revisão
Alberto Almeida

Editoração Eletrônica
Editora Garamond / Luiz Oliveira

Capa
Estúdio Garamond
Sobre “Vista do Núcleo Franco da Rocha, em 1944”.
Foto: Acervo IMAS-JM/SMS-RJ.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A857

O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira / organização Ana Teresa A. Venancio, Gisélia Franco Potengy. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

336 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174097

1. Colônia Juliano Moreira - História. 2. Hospitais psiquiátricos.
3. Política de saúde mental - Brasil. I. Venancio, Ana Teresa A. II.
Potengy, Gisélia Franco.
15-22199

CDD: 362.2040981

CDU: 364.4-616.89-008

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Lista de imagens, quadros e gráficos*

Capítulo 1

Mapa do Sertão Carioca.....	41
Anúncio publicado em 1941, de venda de terrenos nas fazendas do Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena pelo Banco de Crédito Móvel.....	47
Matéria publicada em 1954 denunciando suspeitas de fraude praticada pelo Banco de Crédito Móvel em transações imobiliárias.....	49
Lavradores de Jacarepaguá em 1963.....	53

Capítulo 2

Mapa 1: Área da futura Colônia no século XVIII, com destaque para os engenhos de açúcar.....	62
Mapa 2: Os engenhos de café em evidência (1907).....	64
Mapa 3: A implantação da colônia para alienados em Jacarepaguá (1922).....	67
Mapa 4: Primeira expansão da Colônia (1936).....	71
Vista do Núcleo Franco da Rocha, em 1944.....	76
Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios.....	79
Mapa 5: Segunda e mais forte expansão da Colônia (1941).....	82
Mapa 6: A implantação do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (1945).....	83
Mapa 7: Núcleo Rodrigues Caldas	84
Mapa 8: Novas edificações e a instalação do Sanatório de Curicica (1953).....	86
Mapa 9: Novas áreas ocupadas da Colônia (1975).....	88
Mapa 10: O crescimento populacional em área da Colônia (1984)	89
Mapa 11: Explosão das ocupações irregulares (2000).....	90

* Veja os originais dos mapas publicados neste livro, em cores, no endereço: http://www.garamond.com.br/conteudo/Mapas_asilo_e_a_cidade.pdf

Capítulo 3

“Visitando a CJM, o presidente Getúlio Vargas palestra com um enfermo ali internado” (1941).....	106
Praça da Bandeira, em 1938, com grande circulação de pessoas que pegam o bonde.....	119
Anexo – Quadro dos casos citados.....	125

Capítulo 4

Quadro 1 - Moradores do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios	146
Planta Baixa da Ocupação do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (1º andar)	147
Planta Baixa da Ocupação do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (2º andar)	147
Quadro 2 – Moradores e suas famílias, por número de indenizações.....	151
O Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios na época da ocupação, 2004.....	153
Quadro 3 – Critérios adotados pelos moradores para a escolha da nova casa.....	159

Capítulo 5

Quadro 1: Distribuição da entrada de pacientes na CJM que tiveram suspeita de tuberculose, por década	166
Gráfico Cor das internas entre as décadas de 1940 a 1960.....	176
Gráfico Idade das internas entre as décadas de 1940 a 1960	177
Gráfico Estado civil das internas suspeitas de tuberculose entre as décadas de 1940 a 1960.....	178
Gráfico Profissão das internas entre as décadas de 1940 a 1960	179
Gráfico Diagnósticos das internas das décadas de 1940 a 1960.....	180
Quadro 2: Distribuição das internas com suspeitas de tuberculose segundo a classificação de Kretschmer.....	185
Anexo – Formulário de Preenchimento da Base de Prontuários HNA/COC/Fiocruz	194

Capítulo 6

Altar da missa celebrada no Pavilhão em 25 /07/2011	207
Cesto com as chaves dos motoristas na missa celebrada no pavilhão em 25 /07/2011	208
A carreta sai da igreja com a imagem de São Cristovão em 25 /07/2011	209
O padre benze os carros dos fiéis em 25 /07/2011.....	210

Capítulo 7

Panfleto de divulgação de festa organizada por uma entidade ligada ao PCB	239
“Santinho” para campanha eleitoral de 1947 de Jacinto L. Moreira.	245
Pauta de reivindicações do PCB, para o Sertão Carioca, 1946-47	247
Médicos do DF candidatos às eleições do ano de 1947 pelo PCB	249

Capítulo 8

Quadro 1: Situação ocupacional da CJM no último dia de cada ano (1948 -1958)	258
Quadro 2: Comparação de internados no CPN e na CJM no último dia dos respectivos anos (1953-1959)	260
Quadro 3: Número de pacientes transferidos do CPN para a CJM (1956-1959)	262
Quadro 4: Número de pacientes admitidos na CJM (1956-1960).....	263
Quadro 5: Movimentação de doentes do AHM da CJM (1954-1960).268	
Quadro 6: Tratamentos realizados no AHM da CJM (1954-1960).....	269
Quadro 7: Doentes matriculados no AHM de Jacarepaguá por bairros de procedência (1956- 1958)	271

Capítulo 9

Mapa 1: As comunidades da Colônia.....	278
Conjunto de casas no local do antigo Pavilhão Egas Muniz.....	280
O antigo pavilhão Egas Muniz desativado e reurbanizado.....	281
Linha do tempo na Colônia Juliano Moreira.....	281

Uma rua da “Colônia”. Foto das autoras. 2011	285
Mapa 2: Lugares da Colônia, segundo os moradores.....	288
Mapa3: Localidades integrantes da “comunidade interna” da CJM.....	289

Sumário

Agradecimentos	11
Apresentação	13
<i>Ana Teresa A. Venancio e Gisélia Franco Potengy</i>	
Capítulo 1. Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca.....	19
<i>Renato de Souza Dória</i>	
Capítulo 2. Evolução urbana da Colônia Juliano Moreira.....	59
<i>Renato Gama-Rosa Costa e Ana Paula Casassola Gonçalves</i>	
Capítulo 3. “E eu sei doutor?”: experiência de doença e falas sobre o Estado Novo em internos da Colônia Juliano Moreira (1941-1942)	93
<i>Janis A. Pereira Cassília</i>	
Capítulo 4. Memórias coletivas e identidades sociais na história do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (Colônia Juliano Moreira, RJ)	127
<i>Ana Teresa A. Venancio, Laurinda Rosa Maciel, Anna Beatriz de Sá Almeida, Bruno Dallacort Zilli, Silvia Monnerat</i>	
Capítulo 5. Doença mental e tuberculose nas mulheres internas do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios da Colônia Juliano Moreira, 1940-1973	165
<i>Anna Beatriz de Sá Almeida, Ana Carolina de Azevedo Guedes, Pedro Henrique Rodrigues Torres</i>	
Capítulo 6. Práticas católicas na Colônia Juliano Moreira: a igreja da instituição e a festa de São Cristóvão.....	195
<i>Sigríd Hoppe</i>	
Capítulo 7. “O filho do povo” de Jacarepaguá: o médico da Colônia e as lutas sociais no Sertão Carioca (1945-1962).....	217
<i>Renato de Souza Dória, Leonardo Soares dos Santos</i>	

Capítulo 8. A assistência psiquiátrica da Colônia Juliano Moreira no governo JK	253
<i>André Luiz de Carvalho Braga</i>	
Capítulo 9. Identidade e apropriações do espaço no bairro Colônia.....	273
<i>Gisélia Franco Potengy, Sigrid Hoppe</i>	
Referências Bibliográficas	309
Sobre as pesquisas	329
Sobre os autores	334

Agradecimentos

As pesquisas realizadas cujos resultados se apresentam neste livro não seriam possíveis serem desenvolvidas sem o auxílio financeiro de órgãos públicos – FAPERJ, CNPq e Fiocruz – os quais investiram neste projeto por diferentes auxílios e bolsas de pesquisa. Do mesmo modo deixamos nossos agradecimentos às instituições e funcionários que têm mantido os arquivos e centros de documentação por nós consultados – muitas vezes de maneira hercúlea – em especial ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e ao Núcleo de Documentação e Pesquisa do Instituto Municipal de Assistência a Saúde Juliano Moreira da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (IMASJM-SMS-RJ). Sem a ajuda e atenção de suas equipes teria sido impossível a realização deste livro.

Nossos agradecimentos se estendem à Direção da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz por ser agente de incentivo à preservação do patrimônio cultural da saúde que é a Colônia. Agradecemos a Gilson Antunes, coordenador do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), pelo apoio sempre constante e pelas precisas sinalizações quanto às relações sociais, nem sempre visíveis. Aos profissionais do CFMA que nos ajudaram nas atividades das pesquisas, muitas vezes corrigindo informações e rumos da investigação, especialmente Luiz Madeira com suas pertinentes indicações e críticas e Lin Lima que ajudou na confecção dos mapas do último capítulo.

À antropóloga Ana Maria Quiroga que ajudou-nos com suas valiosas sugestões, a partir de leitura atenta e qualificada do capítulo 9, em face de sua experiência coordenando investigações sobre as famílias da Colônia e sobre o processo de desocupação do Pavilhão N. S. Remédios, no início dos anos 2000. Sua expertise também contribuiu para o destaque de algumas ideias presentes no capítulo 4, tanto por

meio da entrevista a nós concedida quanto de sua leitura posterior do referido capítulo. A Patricia Brandão Couto e Arnaldo Chain pelas conversas e sugestões na elaboração deste projeto. E, sobretudo, um agradecimento especial aos moradores da Colônia, aos antigos moradores do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios, aos motoristas da garagem, por concederem parte do seu tempo, abrir suas casas, seus “guardados”, sua memória e seus corações para ajudar a recompor suas histórias, aos alunos e familiares do Curso de Produção Audiovisual: Memória, Cidadania e Projetos Culturais, realizado em 2011, e a todos os bolsistas de iniciação científica e estagiários que participaram das equipes das pesquisas, as quais dão origem a este livro.

As organizadoras

Apresentação

*Ana Teresa A. Venancio
e Gisélia Franco Potengy*

Este livro reúne resultados de pesquisas produzidas no âmbito das ciências sociais sobre as transformações do espaço físico e social da Colônia Juliano Moreira, instituição voltada para a assistência psiquiátrica, considerando-se sua participação na vida urbana e no imaginário social sobre a cidade do Rio de Janeiro e a loucura. Para além de sua identificação como um lugar de exclusão social, a Colônia sempre se relacionou com a sociedade mais ampla; “sociedade” esta representada de diferentes formas: seja por meio de sua ligação com as políticas de saúde expressando-as em diferentes momentos por propostas assistenciais variadas; seja por localizar-se em uma área específica da cidade, acompanhando suas mudanças em relação ao que tem sido historicamente considerado como espaço urbano; seja pela presença de vários atores sociais que por ali circularam e que lá permaneceram; seja pelas representações diferenciadas sobre a loucura que estes atores e este lugar produziram em diferentes tempos de suas existências. Assim, buscamos demonstrar várias formas sociais, pelas quais a Colônia se fez presente na história da cidade do Rio de Janeiro: como expressão de políticas públicas de saúde, das transformações urbanas do espaço que ocupa, dos sujeitos que a constituíram e das representações em torno da loucura que ali circularam. Nosso intuito aqui, portanto, é complexificar e destrinchar aspectos distintos em relação à exclusão social presente na história da Colônia e aos movimentos de resistência da luta antimanicomial de décadas mais recentes que ali foram protagonizados (Lougou, 1987; Andrade, 1992).

Do ponto de vista das políticas públicas de saúde, a Colônia Juliano Moreira se apresenta como uma instituição psiquiátrica que

começou a funcionar em 1924 com o nome de Colônia de Psicopatas Homens – Jacarepaguá. Em 1935 passou a ser denominada Colônia Juliano Moreira, em homenagem a este médico psiquiatra que atuou intensamente na constituição da psiquiatria brasileira, tanto em sua dimensão científica quanto assistencial. Como veremos, esta instituição de âmbito federal foi criada inicialmente sob a inspiração do modelo asilo-colônia, que preconizava como terapêutica aos doentes mentais a assim chamada praxiterapia, ou seja, a terapia através do trabalho. Além disso, propunha utilizar o modelo assistencial denominado heterofamiliar, em voga desde início do século XX, pelo qual funcionários moradores da Colônia recebiam pacientes em suas casas em troca da prestação de pequenos serviços. A partir da década de 1940, tornou-se hospital-colônia com a ampliação de suas instalações, expressando diretrizes de uma política de assistência psiquiátrica que se pretendia nacional. A Colônia participava assim de um processo de aumento da capacidade hospitalar de atendimento à doença mental em todo o país. Em seu caso específico somaram-se às terapias originárias – praxiterapia e assistência heterofamiliar – tratamentos considerados “modernos” à época, como o eletrochoque, as lobotomias, mas também a terapia ocupacional e os ambulatórios de higiene mental. Nos anos de 1990, após longo processo de deterioração, iniciou-se sua desativação parcial e sua municipalização, por meio de ações que passaram a ser concretizadas na década de 2000.

Com relação à temática das políticas públicas de saúde, alguns dos trabalhos aqui reunidos analisam a história da Colônia desde a fundação, enquanto outros consideram períodos históricos específicos, até então menos investigados pela historiografia da psiquiatria no Brasil, a saber: o Estado Novo, os anos do governo de *Juscelino Kubitschek* e o período de meados dos anos de 1960 e a década de 1970. Este último período precedeu a chamada reforma psiquiátrica, isto é, o movimento de substituição da hegemonia do modelo hospitalocêntrico por estruturas de cuidado alternativas preocupadas com a inserção social dos pacientes. Outros capítulos também inovam ao

investirem na análise de períodos posteriores à implantação da reforma psiquiátrica, trazendo contribuições originais sobre a desativação da Colônia enquanto espaço de tratamento.

No que diz respeito à história desta cidade, a Colônia dá testemunho de um lugar que se transformando de rural em urbano, participou de sua constituição de diferentes maneiras, ao mesmo tempo em que ajudou na formação de sua atual configuração. Neste sentido, muitos capítulos aqui apresentados contribuem para o aprofundamento dos estudos sobre essa antiga zona rural do Rio de Janeiro, tendo em vista sua crescente inserção no espaço urbano. Analisam o imaginário sobre a região de Jacarepaguá, considerada o “sertão carioca”, e sua escolha para sediar vários hospitais e asilos a partir da década de 1920, em função da proximidade com a natureza, ar puro e isolamento urbano, considerados necessários na terapêutica de enfermidades como tuberculose, lepra e doenças mentais. Outros textos, contribuem para a compreensão da incorporação do espaço que abrigava a Colônia ao tecido urbano – com a transformação do asilo em “bairro” – esclarecendo questões relativas aos processos de desativação da instituição e seus reflexos sobre a vida dos seus moradores.

A instituição Colônia foi um lugar em que circularam vários atores e personagens. Alguns deles são conhecidos e foram apresentados ao público de diferentes maneiras, como Ernesto Nazareth e Arthur Bispo do Rosário, lá internado e onde exerceu o sentido da criação. Os trabalhos aqui reunidos reconstroem a participação de muitos personagens – a maior parte, anônimos – que ajudaram na construção daquele lugar social. Alguns desses indivíduos têm sido considerados apenas como objeto das políticas públicas de saúde, ao invés de sujeitos da história, como pacientes internados na instituição a partir dos anos de 1940, incluindo-se aí as mulheres doentes mentais tuberculosas. Outras pessoas “comuns” são trazidas à tona: seus médicos pouco renomados no campo acadêmico e científico; o padre da paróquia; os antigos funcionários e suas famílias que, desde

a criação da Colônia, lá foram residir com o incentivo do Estado; e os moradores sem nenhum vínculo funcional com a instituição. Neste sentido, tais textos buscam observar por novos prismas as relações sociais produzidas na Colônia em diferentes conjunturas históricas, levando-nos a conhecer não apenas o modo como ela se tornou lugar de isolamento e exclusão social, mas também como a sociedade, por meio de atores e práticas sociais, ali se fez presente, ajudando-a a se constituir.

Assim, mostra-se a relação dos pacientes e funcionários da Colônia com o mundo da política, cada um interpretando, à sua maneira, as questões do seu tempo. Alguns textos desvendam aspectos da organização interna do lugar, por meio da atuação da cooperativa de consumo e de uma célula comunista. Além disso, lembrando que o Rio de Janeiro era a capital da República, é notável a frequência das visitas do presidente e de alguns de seus ministros durante toda a Era Vargas, que coincide com a época áurea da Colônia. As autoridades religiosas também frequentavam a Colônia, como se observa com as visitas do cardeal D. Jaime de Barros Câmara durante os anos de 1950.

Esses diferentes atores sociais que por ali passaram evidenciam um dos aspectos que estabelecia a ligação do asilo com o mundo “lá fora”, isto é, o constante ir e vir de pessoas e mercadorias entre o bairro e a Colônia: fossem pacientes, funcionários ou visitantes. Tais fluxos eram exigidos para o bom desempenho da instituição, e se davam em função da existência do ambulatório, situado fora dela, em Jacarapeguá; da exigência de seu modo de funcionamento, com alguns pacientes gozando da prerrogativa de poder sair da instituição; das visitas aos pacientes; e daquelas que nada tinham a ver com os doentes. Os visitantes “de fora” eram, entre outros, adolescentes e crianças do bairro que entravam no território da Colônia para “pegar manga”, brincar e nadar no açude, fiéis que compareciam às festas religiosas, casamentos, batizados e missas na Igreja, ou aqueles que vinham participar dos jogos no campo de futebol do clube local.

As políticas públicas, os significados e ressignificações do lugar Colônia frente ao espaço urbano e os personagens que por lá estiveram produziram diferentes representações sobre a loucura e sobre seu lugar social como expressão da diferença. Devemos lembrar o papel proeminente da Colônia e do bairro em que se situava no imaginário da cidade. Os moradores de Jacarepaguá, recordando suas memórias de infância, lembram que a Colônia era também um local a ser evitado, o lugar desse universo desconhecido, e por vezes visto como perigoso, da loucura. Não podemos esquecer o testemunho de sua importância no imaginário social que foi o sucesso da música “Neurastênico”, de 1954:

Bbbbbbbrrrrrrrrrrrrrrrrrr!

Mas que nervoso estou

Bbbbbbbrrrrrrrrrrrrrrrrrr!

Sou neurastênico

Bbbbbbbrrrrrrrrrrrrrrrrrr!

Preciso me tratar, senão eu vou pra Jacarepaguá

Bbbbbbbrrrrrrrrrrrrrrrrrr!

Mas que nervoso estou

Bbbbbbbrrrrrrrrrrrrrrrrrr!

Sou neurastênico

Preciso me casar, senão eu vou pra Jacarepaguá

Tão amoroso sou, quem já provou gostou

Preciso me casar, senão eu vou pra Jacarepaguá

Eu sei que elas me querem, mas é para casar

Eu digo que me esperem porque depois da festa

HÁ HÁ HÁ HÁ!!!

A estrutura deste livro foi organizada, na medida do possível, de forma cronológica. O primeiro capítulo trata de compreender como se deu o processo de desenvolvimento da área em que se situa a Colônia, particularmente do bairro de Jacarepaguá e seu entorno, marcado pela problemática das relações do homem com a terra, destacando o silêncio da historiografia sobre os sujeitos presentes nas

lutas sociais que conformaram esse espaço da zona oeste da cidade, levantando aspectos pouco conhecidos sobre a formação deste território.

O segundo capítulo trata da região em que foi implantada a Colônia Juliano Moreira no início de década de 1920. A seguir, analisa a evolução urbana do seu território numa abordagem arquitetônica, mostrando o crescimento das edificações e examinando as características de suas construções. O terceiro capítulo trata dos pacientes internados na instituição no início dos anos de 1940 e suas próprias concepções sobre o mundo em que viviam – o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial... – e sobre o modo como percebiam seu “mal estar”, suas “perturbações”. O capítulo seguinte analisa o caso do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios, cuja destinação primordial foi abrigar as tuberculosas internas da Colônia, passando, com o tempo e a deterioração, a se tornar moradia para outros habitantes, sendo desativado a partir do início dos anos 2000, num contexto de adensamento urbano daquela região. O quinto capítulo trata do perfil das internas da Colônia sob suspeita de tuberculose entre as décadas de 1940 e 1960, buscando discutir, por meio de histórias de vida, a questão da doença mental no feminino. Em seguida dois textos analisam alguns personagens e dois tipos de práticas sociais que conviveram no espaço da instituição. O capítulo seis aborda os rituais religiosos católicos, retratados por meio do diário de um padre da Capela Nossa Senhora dos Remédios, de observações e entrevistas com moradores; já o capítulo sete trata da atuação política, acompanhando a trajetória de um dos médicos da Colônia que teve intensa militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em movimentos sociais de Jacarepaguá. O capítulo seguinte examina as práticas assistenciais vigentes na instituição durante o período JK. Por fim, o capítulo nove detém-se em período mais recente da história dessa instituição assistencial, a partir da desativação de grande parte de seu território. Nesta perspectiva, examina as categorias classificatórias utilizadas na construção da identidade dos seus atuais moradores.

Capítulo 1

Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca¹

Renato de Souza Dória

Introdução: o silêncio sobre os conflitos de terra na zona oeste carioca

As análises a respeito do processo de ocupação das terras da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em especial aquelas que tomam por objeto a região da Baixada de Jacarepaguá, costumam possuir pouca originalidade. Pesquisadores, estudiosos, memorialistas e historiadores em geral começam seus trabalhos do mesmo ponto de partida: a referência ao período histórico dos primeiros sesmeiros, que teriam recebido como recompensa por serviços militares, prestados à coroa portuguesa, enormes datas e léguas de terras para dar início à ocupação e cultivo daquela região (Noronha Santos, 1965; Lamego, 1974; Noronha Santos, 1981; Rudge, 1983; Costa, 1986; Vianna, 1994; Costa, 1995; Fridman, 1999; Gonçalves, 1999; Fróes e Gelabert, 2004; Mansur, 2009; Mansur, 2011). A partir deste ponto incontornável e inquestionável, estes autores reconstróem toda uma cadeia sucessória de transmissão do patrimônio territorial, confundindo a história da formação de uma região ou de um bairro com a de poucas famílias retratadas como “pioneiras” e “benfeitoras” do local.

Neste tipo de abordagem, outro dado comum é a recorrência ao mesmo tipo de fonte: uma carta de sesmaria, os registros paroquiais de terra e um ou outro livro raro que fora escrito e publicado por

¹ Este texto corresponde a uma versão reduzida e modificada do meu relatório de participação na pesquisa “Milítantes comunistas e a luta pela terra: o caso do Sertão Carioca e Campos dos Goaytacazes (1945-1964)” desenvolvida durante os anos 2012-2014 (FAPERJ).

um descendente de uma daquelas famílias (Rudge, 1983; Costa, 1986; Costa, 1995). A perspectiva destes livros reflete o entendimento de que a estrutura fundiária é resultado de um processo linear e a-histórico de ocupação territorial, conforme enfatiza Motta (2004, p. 11) e desconsidera, por exemplo, que inúmeros fazendeiros do século XIX ignoraram a obrigatoriedade do Registro Paroquial de 1854/56 com o objetivo de garantir por meio da posse a possibilidade de extensão dos seus domínios territoriais (*ibidem*, p. 3). Assim, este tipo de narrativa pode ser visto como um último esforço para legitimar o prestígio de outrora, lançando mão do recurso literário para retratar, através da genealogia, os feitos e as “glórias” familiares, num saudosismo angustiado pelo retorno aos tempos áureos de riqueza e poder.

Situação semelhante a esta ocorre quando estudamos, na zona oeste, o período que compreende das décadas finais da escravidão até as primeiras do século XX. A análise é extremamente decepcionante ao relatar o estado de “pobreza” (Noronha Santos, 1965) e “decadência econômica” (Mansur, 2009) das terras, em oposição ao saudosismo com que se fala das décadas anteriores. Em geral, a historiografia, mirando na época do apogeu das grandes fazendas de café e dos engenhos de cana-de-açúcar, fala com orgulho da vitalidade das culturas plantadas, das toneladas comercializadas, contam-se as dezenas ou até centenas de escravos existentes, da visita do imperador à fazenda tal etc. E, assim, muitas vezes ficamos sem resposta para a simples pergunta: o que aconteceu com as enormes extensões de terras de plantio, onde trabalhava um grande contingente de escravos e trabalhadores livres, quando finalmente foi abolida a escravidão? Quais foram os meios empregados por esses trabalhadores para ter acesso à terra? E aqueles que só conheciam o negócio do café, para onde direcionaram seus investimentos?

Em resumo, são dois os tipos de imagens mais recorrentes sobre a história de Jacarepaguá. O primeiro ressalta os “filhos ilustres” que marcaram a história da região desde a época da concessão das primeiras sesmarias até o apogeu das grandes fazendas de café. Os

personagens dignos de menção são sempre os senhores de engenho e os grandes fazendeiros de café, alguns dos quais chegariam a ocupar cargos de relevo na política institucional, como Ernani Cardoso (1888-1950), Antônio Geremário Teles Dantas (1889-1935) e Francisco Pinto da Fonseca Teles (1839-1918), o Barão da Taquara, conhecido como “o patriarca” de Jacarepaguá, tão importantes que não seriam lembrados apenas nos relatos sobre a história local, mas também dariam seus nomes a algumas das principais ruas e avenidas da região (Costa, 1986). Alguns historiadores críticos caracterizam estas e outras “excentricidades históricas”, que todo bairro e região possui, como o ponto de maior destaque na maioria das narrativas que pretendem uma incursão na história local, ressaltando apenas seu caráter exótico (Samuel, 1989/90, p.222-223). Tal prática, no entanto, se restringe a colecionar fatos e curiosidades, sem nenhuma preocupação em abordar criticamente os processos históricos local e regional. É uma narrativa pouco dinâmica e preza mais pela quantidade de informações que pela qualidade dos questionamentos capazes de suscitar.

A segunda imagem, que parece estar especificamente associada com a área que hoje abarca os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e boa parte de Jacarepaguá – Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Curicica e parte da Taquara –, consiste em caracterizar a região como tendo permanecido “abandonada” durante boa parte do século XX. Após o declínio da economia cafeeira no final do século XIX e o retalhamento das terras por parte dos proprietários, a região se tornaria uma área “deserta”, “habitada por umas poucas famílias de posseiros”, humildes pescadores e lavradores (Vianna, 1994, p. 98). Essa situação só seria alterada a partir do final da década de 1960, com as ações de infraestrutura do Estado e dos vários grupos de investidores do ramo imobiliário, os “pioneiros” e “visionários” do século XX (Gonçalves, 1999, p.89). A partir da formulação do Plano-piloto (1969) pelo urbanista Lúcio Costa, da abertura da Auto-Estrada Lagoa-Barra (1971) e diversas outras vias de

comunicação, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes teriam finalmente sua ocupação “iniciada” com a construção dos grandes e luxuosos condomínios voltados para a classe média e alta (Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 67).

Esta suposta ausência de ocupação humana se refletiria na própria história da região, produzindo um lapso entre o fim dos grandes engenhos e fazendas de café no final do século XIX e o início da urbanização de finais da década de 1960. Nesse período, pouca história haveria para contar, ou o que havia de ocupação humana não mereceria qualquer tipo de menção ou registro. Nas duas imagens descritas, a figura dos trabalhadores locais, dos pequenos lavradores e dos pescadores das inúmeras colônias, assim como a própria questão dos conflitos por terra, são praticamente desconsiderados. O que predomina, portanto, são narrativas históricas “aburguesadas” (Samuel, set.89/90, p.222-223) que valorizam os agentes “visionários” da administração municipal e os empresários “pioneiros” do ramo imobiliário. Estes últimos, autoproclamados desbravadores de uma região inóspita devido ao investimento arriscado de seus capitais e às ações de “melhoramentos urbanos” promovidas pela máquina estatal, compreendem a região como um território de “reserva urbana” que teria permanecido intocado até a década de 1970 (Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, 1996, p. 10-13).

Fato semelhante ocorre com as três últimas décadas do século passado, no que se refere à figura dos ocupantes de favelas que subitamente se tornaram alvos de projetos de remoção: pouco ou nada se sabe a respeito dos conflitos de terra para moradia na zona oeste e em Jacarepaguá. Muito menos se tem o conhecimento de que muitos dos empreendimentos comerciais e residenciais, assim como as vias e estradas abertas na região foram construídos em locais antes ocupados por favelas (Dória, 2013b). Que razão teríamos, portanto, para estudar figuras e processos sociais tão pouco lembrados?

Se a memória consolidada sobre o passado não serve de grande estímulo, uma sensação exatamente oposta é provocada por ques-

tões do presente. A zona oeste é atualmente um dos maiores palcos de litígios de terra de todo o estado do Rio de Janeiro: inúmeros casos de grilagem, assim como a indefinição da titularidade de terrenos na Barra da Tijuca (Gonçalves, 1999, p. 53-54) ainda parecem longe de serem elucidados. Além disso, a região, cotada para se tornar o novo centro metropolitano do estado, é palco de várias disputas pela posse da terra para moradia, envolvendo grupos e associações de moradores de favelas, movimentos sociais, sindicalistas, profissionais liberais apoiadores, advogados populares, agentes das secretarias da administração estatal (municipal, estadual e federal), forças policiais, empresas dos setores imobiliário e da construção civil (Dória, 2013c). Todos esses eventos, marcantes para o momento atual, também o foram no passado. O próprio Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) reconhece em seu *Atlas Fundiário* que a ocupação das áreas periféricas ao centro da cidade se deu por meio de inúmeros conflitos rurais (Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 97).

Estas questões levam a um dos eixos condutores deste texto: por que a memória consolidada sobre o passado da zona oeste do Rio de Janeiro, e em especial da região da Baixada de Jacarepaguá, desconsiderou os conflitos por terra em suas narrativas históricas mais expressivas e conhecidas? Estudos recentes fornecem elementos para elaborar uma resposta para esta indagação. Alguns pesquisadores que investigaram a relação entre memória e história a partir da perspectiva dos conflitos pela posse da terra ocorridos em diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro afirmam que

a memória não é um conjunto uniforme e compacto de lembranças. Ela incorpora disputas, busca de legitimidade e de reconhecimento. Sob esta perspectiva, é seletiva, no sentido de que é produto de um processo social e de uma forma de percepção sobre o passado que também é marcada pelo presente. Desse modo, o relato sempre volta para alguns pontos, marcos da narrativa, e deixa outros de lado. Assim, há situações relatadas com detalhes, outras de forma sintética, outras silenciadas. (Silva e Medeiros, 2008, p. 11)